

Editorial

O volume doze, número um do ano de 2018 da Revista Virtual Direito Brasil, pretende compartilhar com a comunidade acadêmica, uma coletânea de textos que apresenta uma análise científica de variados temas atuais da sociedade contemporânea. Dentre eles, destaca-se: A Velha (e Boa) Díade; Dano Existencial decorrente de Jornada de Trabalho Exaustiva; A Evolução Histórica dos Direitos Humanos; Da Origem a Criação do Tribunal Penal Internacional; Negócios Jurídicos Processuais como Mecanismo de Resolução de Conflitos no Processo Civil “Constitucional” Moderno; Princípios Conceituais do Direito Alfandegário (aduaneiro) Internacional; Nampula nas Intercalares: Que cenário se espera?; e Função Social da Empresa e Inserção da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho.

No primeiro texto A Velha (e Boa) Díade, nosso convidado *Newton De Lucca* tece considerações mostrando que, no Brasil de hoje, a discussão sobre a referida díade parece ter perdido inteiramente seu sentido, pois o fanatismo político semeado por uma das alas fez reacender o fanatismo político da outra... Conclui seu pensamento dizendo que muitos rios de tinta ainda poderão rolar sobre a díade em questão, mas, no lugar dela, pensa ser muito mais perigosa a do *extremismo-moderantismo*, que poderá transformar-se, pelo andar da carruagem aqui no Brasil, numa dicotomia maniqueísta, de desfecho melancólico, que poderia ser assim resumida: no lugar da inscrição positivista “Ordem e Progresso”, estampada em nosso estandarte verde-amarelo, surgiriam os dizeres “Desordem e Retrocesso”, numa bandeira pintada de negro ou de escarlate.

No segundo artigo *Karen dos Santos Martins* sob a orientação do professor *Fernando Silveira Melo Plentz Miranda*, apresenta uma pesquisa sobre os danos decorrentes da jornada de trabalho exaustiva afirmando que a Constituição Federal de 1988 e a Consolidação das Leis do Trabalho asseguram princípios e garantias que direcionam a relação trabalhista. Todavia, diz que no campo de vida prático, tais direitos não são observados e aplicados na sua plenitude, podendo surgir excessos por parte do empregador. Conclui seu trabalho dizendo que práticas exaustivas concretizam o dano existencial, sendo este reconhecido recentemente pelos Tribunais Superiores, e embora não esteja expressamente consagrado na legislação brasileira, encontra respaldo na Constituição Federal de 1988 e no Código Civil, ao tratar da responsabilidade civil em seu artigo 186 e 927.

No terceiro artigo *Karime Vieira Schramm* sob a orientação do professor *Fernando Silveira Melo Plentz Miranda* apresenta o texto intitulado *A Evolução Histórica dos Direitos Humanos* dizendo que, o presente estudo teve por objetivo analisar a evolução dos Direitos Humanos através da história da humanidade, cujo início foi em meados do século XVIII, com a Revolução Francesa, estendendo-se até o ano de 1948, com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A autora procurou demonstrar que mesmo com a tomada de providências internacionais para a proteção dos Direitos Humanos em 1948, ainda houve vários conflitos no século XX que infringiram esses direitos e devastaram povos ao redor do mundo.

O quarto texto intitulado *Da Origem a Criação do Tribunal Penal Internacional*, de *Karime Vieira Schramm* sob a orientação do professor *Fernando Silveira Melo Plentz Miranda* teve por objetivo analisar os conflitos que foram julgados por Tribunais “Ad Hoc” organizados pela ONU, de exceção, que muitas vezes foram ineficazes ou resultaram inócuos. Aborda sobre o Tribunal Penal Internacional, criado através do Estatuto de Roma em 1998, sediado em Haia, na Holanda, com jurisdição internacional, permanente e complementar às de seus Estados-parte, a fim de evitar a impunidade daqueles que infringirem os Direitos Humanos pelo cometimento de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão.

No quinto artigo *Kim Severo Silva Oliveira e Marcelo Cacinotti Costa* escrevem sobre os Negócios Jurídicos Processuais como Mecanismo de Resolução de Conflitos no Processo Civil “Constitucional” Moderno. Dizem que o novo Código de Processo Civil (CPC) causou grande impacto após sua entrada em vigor, e que entre as novidades encontra-se a inclusão de uma cláusula geral de negociação processual e ampliação de negócios típicos. Questionam sobre a segurança jurídica na aplicação do autorregramento, resguardo às garantias constitucionais, e o limite destas convenções. Para obter as respostas, os autores fizeram análise dos planos de existência, validade e eficácia do negócio jurídico, além de análise doutrinária, bases constitucionais e infraconstitucionais.

Na sequência *Paulo Byron Oliveira Soares Neto* apresenta *Princípios Conceituais do Direito Alfandegário (aduaneiro) Internacional*, cujo objetivo precípua foi apresentar ao leitor os conceitos fundamentais do Direito Alfandegário (Aduaneiro) Internacional. Para tanto, o trabalho está alicerçado através do método de pesquisa bibliográfica a fim de atentar e atender aos respectivos objetivos a qual se destina.

No sétimo artigo intitulado Nampula nas Intercalares: Que cenário se espera? *Paulo Byron Oliveira Soares Neto e Filipe Serafim Mapilele* apresentam o cenário do advento da Democracia no Estado moçambicano, com isto, questionam brevemente os cenários esperados da eleição intercalar de 24 de Janeiro de 2018. A base da análise é histórica, e compulsada a legislação vigente sobre as autarquias locais, suas formas de eleição e atuação, sendo assim, a respectiva pesquisa apoia-se em uma análise bibliográfica.

Para finalizar a série de artigos *Rafael Monteiro Teixeira* escreve sobre a Função Social da Empresa e Inserção da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho. O presente artigo teve por finalidade discutir a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e como as empresas devem se adequar para cumprir o comando constitucional de movimentar riquezas e impulsionar o crescimento do país, respeitando a diversidade de indivíduos que compõe a massa social e a função social da empresa. O autor verifica quais são as dificuldades para viabilizar a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e quais são os dispositivos legais que asseguram essa possibilidade.

A Palestra proferida pela *Prof^a Maria Bernadete Miranda*, são slides de apresentações no *power point* em forma de aula, destacando-se: Origens Históricas dos Contratos.

Além dos Artigos e Palestras esta coletânea apresenta Ensaio de autoria da *Prof^a Maria Bernadete Miranda*, destacando-se: Breve Síntese sobre as Operações de Câmbio e E-commerce e os Sites de Compra Coletiva.

A coletânea apresenta os resultados das pesquisas científicas realizadas pela *Prof^a Maria Bernadete Miranda*, juntamente com colegas do curso da graduação e da pós-graduação, além de convidados que, nesta parceria, legitimam a relevância dos movimentos de integração acadêmica para o desenvolvimento científico.

Prof^a Msc. Maria Bernadete Miranda